



IV Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social: Novas Reflexões Sobre as Democracias do Nosso Tempo

Pelotas, 26, 27 e 28 de setembro de 2022.

GT: Os populismos na América Latina e na Europa: entre teorias e práticas

IMPERIALISMO E OLIGARQUIA NAS ORIGENS DOS ESTADOS CARIBENHOS: UMA ANÁLISE MARXISTA

Pedro Henrique Oliveira
Doutorando (UFRGS/ Brasil)

Bruno Gazalle Cavichioli
Doutorando (UFPel/ Brasil)

Resumo: O Caribe se configura como uma região profundamente marcada por um passado histórico de espoliação mercantilista e colonial, um passado histórico que resultou na criação de formações sociais distintas com características particulares e que se cristalizam em instâncias políticas próprias. Compreende-se que quaisquer investigações científicas sobre as formações sociais caribenhas devem, necessariamente, partir pela compreensão da cristalização dos Estados-nacionais da região. Para atingir esse objetivo, faz-se uso da teoria marxista do Estado e é norteadada pela problemática “qual é o fio-condutor comum para a compreensão da origem do fenômeno estatal caribenho?” Os autores trabalham com duas hipóteses: primeiramente, teorizam que a forma assumida pelo fenômeno estatal – e, por consequência, toda as determinações que compõem a cena política – no Caribe adquire contornos particulares de acordo com grau de relação de uma formação social com o Imperialismo. A segunda conjectura a ser avaliada pelos autores trata da suposição de que, apesar dessas diferenças aparentes entre as distintas formas políticas, encontramos nessa região um mesmo modelo de Estado Oligárquico como pano de fundo.

Palavras-chave: Teoria do Estado, Marxismo, Caribe, Imperialismo (de 3 a 5 palavras-chave).

Introdução

Introdução

O presente trabalho se configura como uma exploração inicial sobre as origens dos Estados caribenhos partindo de um olhar crítico sobre o fenômeno estatal. Opta-se pelo recorte teórico devido a profundidade da compreensão sobre as questões pertinentes as



particularidades das formações latino-americanas relativo às questões da dependência externa e da heterogeneidade estrutural.

Nesse sentido, busca-se realizar uma pesquisa exploratória que busca responder a problemática sobre a questão da forma e da função do fenômeno estatal caribenho em seus momentos iniciais. Faz-se uma opção metodológica de recorte ao focar a análise na formação dos Estados analisados devido ao tamanho do universo de objetos selecionados. Outro ponto a ser ressaltado consiste no fato que a presente análise opta por deixar de lado a análise do Estado cubano pós-revolução, trata-se de uma problemática de recorte, uma vez que se trata de um Estado qualitativamente diferente dos anteriores e que necessitaria de uma atenção e metodologia próprio.

Nesse sentido, o presente trabalho encontra-se dividido em duas seções. No primeiro momento, far-se-á uma breve explicação sobre a questão teórico-metodológica do estudo do Estado sob a luz da teoria latino-americana. Trata-se de uma análise que privilegia as visões desenvolvidas por Kaplan (1981), Osorio (2019) e Evers (1989) e que tem como pano de fundo o estruturalismo poulantziano. A segunda seção consiste na análise propriamente dita. Nesse sentido, opta-se pela realização de uma periodização dos diferentes momentos históricos que resultaram na formação das distintas formas estatais.

1 Esquema teórico-metodológico: o Estado latino-americano

Antes de iniciarmos nossa periodização propriamente dita, faz-se necessário realizar responder as questões relativas ao desenho metodológico da presente exposição. Nesse sentido, voltamos o nosso olhar para as extensas produções latino-americanas a respeito da problemática do Estado, mais particularmente, para os teóricos de corte marxista desenvolvidos após a década de 70¹.

Ao discutir a questão da metodologia de análise do Estado latino-americano é de particular relevância o esquema teórico-metodológico desenvolvido por Marcos Kaplan conhecido como histórico-estrutural, uma leitura dos processos sociais totalizador, concreto e dinâmico. Trata-se de um esquema analítico que assume uma posição teórica de contraste

1 O recorte teórico selecionado justifica-se devido as contribuições que as teorias marxistas do Estado receberam das leituras althusserianas e poulantzianas do Estado. Nesse sentido, a presente pesquisa carrega as preocupações que esse recorte teórico implica, tais como a problemática da reprodução e a da unidade do político (GRANATO, 2021).



intencional com arcabouços teóricos que limitam a análise do fenômeno estatal ao nível aparente e superficial do processo.

Aqui a herança poulantziana do autor fica clara ao compreender o Estado não apenas como um amálgama de instituições – tais como compreendido pelos teóricos liberais –, ou como um comitê de gestão da classe dominante, – tal como exposto pelos teóricos marxistas funcionalistas, mas como expressão de uma relação de dominação entre classes e grupos sociais materializada em um conjunto institucional (GRANATO, 2020; 2021). Nesse sentido, em uma formação social capitalista², atravessada pelo antagonismo das classes que a compõem e pela dominação de uma classe sobre a outra, o papel global do Estado diz respeito à manutenção da unidade e do processo de reprodução do capital na referida formação social (POULANTZAS, 2019).

Assim, o objeto de análise não pode ser compreendido como um Estado que se comporta como uma comunidade imaginária apartada da sociedade, mas como um aparato de classe. Trata-se de um tipo particular de Estado, o Estado capitalista

(...) o tipo capitalista de Estado refere-se inicialmente à autonomia específica de suas estruturas e à luta econômica de classe, na relação desse Estado com o efeito de isolamento nas relações sociais econômicas do M.P.C. (POULANTZAS, 2019, p.144).

Com o conteúdo de nosso objeto propriamente definido, torna-se possível adentrar para as esfericidades metodológicas delineadas por Kaplan (1981), para isso voltamos para a sua obra *Aspectos del Estado en America Latina*, onde o autor delimita o seu enfoque histórico-estrutural.

O primeiro enfoque que devemos ressaltar das contribuições do autor, e o primeiro momento de uma pesquisa sobre a natureza do Estado, deve ser um olhar para o plano da infraestrutura socioeconômica de uma determinada formação social. Assim, devemos olhar para a maneira na qual os modos produtivos de uma determinada sociedade se organizam para a manutenção da vida social. Trata-se de uma problemática particular quando empreendida para problematização do Estado latino-americano, pois, estamos falando de um objeto cuja vida política e a vida econômica adquirem referenciais diferentes. Como Evers (1989) nos

2 A formação social capitalista é aqui entendida como uma totalidade social historicamente determinada, estruturada a partir da combinação dos diferentes modos de produção, com dominância do modo de produção capitalista, coexistentes a nível de uma estrutura econômica, mas sobre a qual se articulam as estruturas político-ideológicas e jurídicas.



lembra, quaisquer premissas sobre o Estado perdem sua vigência ao caracterizar a condição periférica, uma vez que

Para que o econômico e o político possam entrar em uma relação dialética e desenvolver as formas correspondentes de desenvolvimento mútuo, elas devem se referir a uma mesma sociedade (...) A condição primária para a constituição de um Estado é que o nível econômico exista como infraestrutura social em um contexto reprodutivo que se distingue de outras sociedades (EVERS, 1989, p. 78, tradução do autor).

Esse descompasso acaba por assumir a forma das miríades heterogeneidades estruturais que circunscrevem a forma e a função do Estado latino-americano e são oriundas de sua esfericidade histórica particular: a do surgimento de um Estado capitalista oriundo do exterior. Assim, a questão histórica do contexto internacional acaba adquirindo maior importância quando nos referimos a esse tipo particular de Estado.

No entanto, apenas a leitura infraestrutural não se configura como suficiente para a realização de uma análise precisa, pois, como Kaplan (1981) nos aponta, as determinações que dessa infraestrutura emergem não são mecânicas ou imediatas, e a dependência da superestrutura é sempre relativa. Assim:

Explorar a natureza da relação dialética entre infraestrutura e superestrutura como dois momentos igualmente condicionantes e determinantes e, de modo geral, os laços e interações entre as diversas instâncias e polos geradores, estruturados-estruturantes, que configuram no conjunto e movimentam uma sociedade (KAPLAN, 1981, p. 24, tradução dos autores).

O segundo aspecto a ser ressaltado sobre a formulação teórica do autor consiste em buscar se atentar a especificidade do papel do Estado na formação social em determinadas condições históricas. Como estamos nos referindo a uma sociedade capitalista, ou seja, clivada em classes sociais, estamos lidando com uma unidade do político que é contraditória, dinâmica e dinâmica, uma unidade que só se torna possível mediante a condução do Estado que assume a consciência, a racionalidade, o poder organizador e de coesão, a representatividade do interesse geral de uma sociedade dividida em classes, ancorada em um sistema de distribuição desigual da riqueza e do poder.

Nesse sentido, Granato (2021) nos aponta que a obra kaplaniana chama atenção ao fato de que, como o Estado se configura como uma expressão de uma relação de dominação entre classes, ela só se faz possível mediante a formatação de uma estrutura jurídico-



institucional que deve pretender e em parte atuar como árbitro, encarnação e realização da ordem, da justiça social e do bem comum (POULANTZAS, 2019).

Por fim, o último aspecto a ser ressaltado do esquema teórico analítico desenhado por Kaplan diz respeito à dinâmica das condições e determinações que advêm do plano interno e externo. Nesse sentido, voltamos a nos referir as heterogeneidades estruturais e os rasgos causados pela inserção dependente no mercado mundial resultando em um aparato de Estado marcado por um exercício desigual no plano da soberania materializado como uma subordinação ao capital e as classes do mundo imperialista (OSORIO, 2019).

Aqui atentamos a contradição inerente que permeia os Estados latino-americanos de que o Estado latino-americano apresenta, em sua forma, soberania plena, mas que possui como função a garantia de uma reprodução dependente do mercado mundial (EVERS, 1989). Como resultado,

Ao abarcar o princípio da soberania, a esfera política adquire uma vantagem sobre a esfera econômica quanto ao seu grau de autonomia. Traduzindo para a linguagem das teorias estruturais-funcionalistas: as estruturas econômicas em um país periférico constituem um subsistema, cuja dinâmica interna é secundária e derivada em relação a externa; a vida política, ao contrário, encontra tanta autonomia dentro do marco nacional que pode ser analisada como um sistema próprio ao qual os condicionantes externos aparecem como secundários (EVERS, 1989, p. 83, tradução dos autores)

Portanto, para a leitura aqui realizada, a dependência orgânica e estrutural deve ser pensada a partir das oportunidades abertas em conjunturas históricas específicas para a ampliação da margem de manobra dos respectivos Estados, uma vez que esses apresentam, devido ao seu descompasso estrutural, uma superestrutura particularmente forte.

2 As origens do Estado caribenho: forma e função

Com o nosso marco teórico-metodológico devidamente apresentado, torna-se possível adentrar de maneira mais aprofundada em nossa análise propriamente dita. Na presente seção iremos apresentar uma delimitação e análise das origens do Estado caribenho em relação a sua forma e função. Nesse sentido, de imediato, retomamos Kaplan e sua afirmação que o primeiro momento da pesquisa científica do Estado deve ser a busca pelos fundamentos de sua forma pela infraestrutura socioeconômica e a ponderação de que, por estarmos falando de objetos cuja forma e função se encontra profundamente contactada com suas origens



históricas de integração ao mercado mundial por fora, faz-se necessário que nossa periodização apresente uma ênfase particular com os grandes eventos internacionais que o originaram.

Assim, com essa preocupação em mente, nos debruçamos na pesquisa histórica e encontramos que autores como Gérard Pierre-Charles (1990), Franklin W. Knight (1990) e José del Pozo (2009) dividem os movimentos de formação dos Estados nacionais caribenhos em três grandes momentos que resultou em três tipos de Estados distintos: o primeiro momento de independências nacionais – resultando no Estado de tipo oligárquico –, a ascensão dos EUA como grande potência imperialista – resultando em Estados moldados pela atuação dos EUA – e, por fim, o pós Revolução Cubana – que resultou em dois tipos de Estado, as repúblicas de Westminster e o Estado socialista cubano³.

2.1 A Revolução Haitiana e a questão do Estado oligárquico no Haiti e na República Dominicana

A forma de Estado oligárquico se configura como uma formatação comum no passado histórico e que fora estudada de forma aprofundada por outros trabalhos, como Osorio (2019), Granato (2021) e Kaplan (1981). Nesse sentido, podemos identificar sua origem na primeira onda de libertação nacional da América latina que fora inaugurada pela Revolução Haitiana.

Considerando o fator comum, opta-se por uma introdução sintética sobre as características desse Estado tal como delineadas pela literatura tradicional para que possamos nos debruçar sobre as particularidades dessa formatação em nosso objeto específico. Assim, podemos compreender o Estado oligárquico como o momento correspondente a etapa de máxima expansão do capitalismo colonialista europeu em sua fase escravista e que possui um modelo produtivo profundamente interligado com o capitalismo mercantil-financeiro, no sentido de que sua implementação respondia a expansão capitalista mundial e o predomínio de uma produção de larga escala voltada para a venda e lucros na relação com a metrópole (GRANATO, 2021).

Relativo ao que diz respeito a forma do aparato burocrático do Estado oligárquico, podemos destacar aqui a presença e a consolidação de um aparelho coercitivo permanente e

³ Devido a questões de escopo do presente trabalho, a análise desse período histórico ficará limitada a uma investigação sobre as repúblicas de Westminster.



centralizado que neutralizava um misto de elementos pré-capitalistas com determinações típicas das formas democráticas burguesas. Trata-se de um Estado que apresenta uma miríade de modos de produções distintos pré-capitalistas, mas que assume a *função* de um Estado⁴ capitalista, inserido nas grandes cadeias globais de valor.

Feita essa breve introdução, torna-se possível discutirmos as particularidades que essa configuração do fenômeno estatal assume no Caribe. Assim, voltamos o nosso olhar para as origens histórica do Estado oligárquico caribenho para o evento que inaugurou a própria era das independências nacionais na América Latina: a Revolução Haitiana. Trata-se de um evento de particular importância, uma vez que não apenas ofereceu o desenho, mas informou o conteúdo que esses Estados viriam a assumir.

2.1.1 O Estado oligárquico no Haiti

Como previamente mencionado, a Revolução Haitiana não apenas informou a forma e o conteúdo que os Estados oligárquicos caribenhos iriam assumir, mas também inaugurou a era das independências na América Latina. Assim, iniciamos nossa exposição com a introdução de como a forma de Estado particular do Haiti acabou por moldar os Estados oligárquicos de toda a ilha de São Domingos.

Dessa forma, remetendo ao nosso desenho metodológico, faz-se necessário a realização de uma contextualização mais ampla do momento histórico particular que permitiu o êxito da Revolução Haitiana. A Revolução Americana (1776) e a Revolução Francesa (1789) foram exemplos que reverberaram por todo o mundo, impactando o imaginário mundial no plano ideológico e colocando em questão a dominação europeia e resultando na libertação de todos os homens negros de colônias francesas o direito ao voto livre (DEL POZO, 2009).

Como consequência, a ilha de São Domingos, então colônia francesa, passa a ser agitado por contradições que viriam a eclodir em uma revolução de caráter popular de escravos e gestados por uma classe emergente que teve como resultado a criação do primeiro Estado-Nacional de ex-escravos (DEL POZO, 2009).

Essas origens particulares acabaram resultando no surgimento de um Estado que detinha certas particularidades. Voltamos o nosso olhar primeiramente para o plano da

⁴ Sobre a incongruência entre forma e função, ver Poulantzas (2019) e Evers (1989).



legitimidade, onde encontramos um Estado se legitimava através da vitória bélica e política sobre o colonizador branco, resultando em um Estado que se afirmava através de um forte militarismo. Militarismo esse reforçado pela sua própria constituição que concebia o aparato estatal como “expressão e defensor intransigente da soberania nacional” (PIERRE-CHARLES, 1990).

Ademais, quanto a formatação das instituições que viriam a compor esse Estado, primeiramente levantamos a máxima que viria a nortear as suas ações. A primeiras características que pode ser levantada é a máxima da ilha “una e indivisível”, que delineava a tarefa nacional de unificar a ilha, mesmo com a parte Leste, que viria a se tornar a República Dominicana. O militarismo acabaria por oferecer o tom particular das oligarquias haitianas, uma vez que essas viriam a usar o aparelho estatal para seu proveito para adquirir terras e privilégios políticos.

No panorama político, notamos uma crise de hegemonia das classes dominantes que desembocaria em uma guerra civil e a existência de inúmeros vácuos de poder que, devido a formatação oligárquica e militarista, permitiu que o presente Estado assumisse formas monárquicas e oligárquicas.

Por fim, o último momento a ser apontado consiste na invasão dos EUA de 1915 – 1924 naquilo que viria a ser chamado de *Operation Uphold-Democracy*. Dentre os efeitos desse evento, faz-se necessário ressaltar uma completa reorganização do aparato estatal de maneira similar com os Estados descritos na seção 2.2.

2.1.2 O Estado oligárquico da República Dominicana

Em seguida, adentramos a próxima etapa da nossa exposição, onde buscaremos apresentar os eventos que resultaram na formatação da formação social da República Dominicana.

Como mencionado previamente, encontramos um passado comum compartilhado com a do Haiti, e sua própria existência pode ser dividida em três momentos iniciais. O primeiro momento se configura na origem da primeira República, que foi proclamada em 1817, mas que não fora consolidada.

O segundo momento a ser apontado se configura como o de grande movimentação contra a ocupação do Haiti em 1822 e 1844. Tratou-se de uma organização política liderada



por Juan Pablo Duarte e que teve como protagonista os revolucionários da Trinitarita. Aqui encontramos um evento que acabou por dar a tônica da forma do presente Estado, concebendo um militarismo que, apesar de semelhante ao Haitiano, acaba por adquirir formas próprias ao consolidar uma base social contrária a afirmação haitiana de uma ilha. Por fim, a Guerra da Restauração da República (1863-1865) que fora um movimento contra a anexação da Espanha e que resultou na cristalização de fato do fenômeno nacional e um sentimento profundamente anti-espanhol.

No plano interno e econômico, as bases dominicanas sociais foram fortalecidas pela gradual extensão das relações capitalistas, especialmente a partir do fumo, no Cibao, e da produção açucareira, que adquiriu um notável boom no último terço do século;

A imposição dos EUA 1916-1924, ao reforçar o Estado com a formação de um exército e de uma administração pública moderna, criou as condições para um posterior desenvolvimento do capitalismo.

2.2 A ascensão do capitalismo monopolista e o imperialismo estadunidense

Assim adentramos no segundo momento fulcral para o surgimento dos Estados caribenhos, a ascensão do capitalismo monopolista e o imperialismo estadunidense na região. Nesse sentido, a presente seção versa sobre as bases sociais do Estado Cubano pré-revolução e de Porto Rico e como o imperialismo estadunidense acabou deformando essas formações sociais para seu proveito.

Iniciamos nossa exposição com novamente com a introdução do contexto internacional que serviu como pano de fundo para a emergência do nosso objeto com uma, sucinta, apresentação da concepção de segurança estadunidense, voltando o nosso olhar para um teórico que viria a influenciar profundamente a leitura geopolítica dos EUA, Alfred Mahan. Mahan (1987) era um importante almirante da marinha dos EUA e elaborou uma teoria geopolítica que enfatizava a importância da dominância marítima para o desenvolvimento das nações.

Trata-se de um corpo teórico que apresentava uma visão particular sobre a importância do controle e do manutenção de pontos estratégicos capaz de assegurar a continuidade do comércio marítimo. Nesse sentido, a visão dominante era que, para que os EUA se tornassem uma verdadeira potência mundial, far-se-ia necessário uma posição mais ativa para com as



Américas, particularmente no Caribe. Nessa leitura, as condições geográficas de Cuba, em consonância com a qualidade de seus portos, faziam da Ilha um ponto estratégico excelente para a consolidação das ambições hegemônicas dos EUA. Estes fatores, em conjunto com o caráter racializado da população cubana, bem como sua proximidade à Flórida, tornavam possível que uma Cuba independente se configurava como uma possível ameaça a hegemonia inerente da Doutrina Monroe (HIXSON, 2015; O'BRIEN; JOHNSON, 2007).

Ademais, esse momento histórico se configura como o momento em que o capitalismo apresenta uma mudança qualitativa ao atingir seu estágio mais recente, o imperialismo. Segundo Vladimir Lenin (1999), a Guerra Hispano-americana (1898), evento que protagoniza a independência formal dessas colônias, se configura como um dos grandes eventos que inauguram a era do imperialismo no capitalismo mundial.

Com esse panorama geral introduzido, voltamos o nosso olhar para as determinações internas das referidas formações sociais, trata-se de Estados que emergem de uma longa maturação sob a tutela da coroa espanhola. No campo econômico, encontramos formações sociais que encontraram sua inserção no mercado mundial com base na monocultura de açúcar escravista e que encontravam nos EUA os seus principais clientes e investidores⁵.

Como resultado, encontramos uma divisão de classes sociais marcada por uma burguesia peninsular, detentora de interesses metropolitanos, uma burguesia que possuía interesses próprias, uma pequena burguesia com consciência patriótica e massas populares que cultivavam uma concepção nacional própria (PIERRE-CHARLES, 1990).

Nesse sentido, em 1895 fora iniciada uma guerra de independência cubana liderada pela coalizão organizada por José Martí que perduraria por mais três anos. Antes de prosseguirmos com a nossa leitura sobre a condição da guerra, faz-se necessário apontar que o entrelaçamento entre a economia cubana com a estadunidense fazia com que o resultado da guerra fosse de interesse direto do *hegemon* em ascensão. Em 1898, após a explosão misteriosa do *USS Maine*, os EUA entraram no conflito.

A combinação de forças das lutas de independências com as intervenções estadunidenses resultou na vitória sobre a Espanha em 1898. Contudo, evidenciamos um

⁵ De fato, em 1898 os investimentos estadunidenses em Cuba superavam a margem dos 50 milhões de dólares (KNIGHT, 1990).



sequestro das recém-nascidas repúblicas por parte dos EUA através da promulgação da Emenda Platt

A Emenda Platt distorceu a constituição republicana, institucionalizando a subordinação do país. O Estado, tanto em suas funções internas quanto em suas relações internacionais, obedecia à determinação externa. Esse fenômeno e a intensa penetração do capital norte-americano na economia minaram os alicerces da nação, com a conseqüente redução do poder do Estado à de simples executor de vontade alheia. A partir de então, Cuba simbolizou os problemas do Estado e da nação dependentes do imperialismo econômica, política e militarmente (PIERRE-CHARLES, 1990, p.588, tradução dos autores)

Fazendo uso do seu poderio militar, os EUA buscaram prolongar a sua estadia resultando na organização de um Estado pautado no militarismo organizado pelo Departamento de Estado. Esse desenho institucional era composto por

[...] um corpo moderno, reunido por instrutores norte-americanos, com toda uma ideologia de submissão ao imperialismo. Nas vezes em que esse exército falhou em sua missão, a Marinha dos Estados Unidos, de acordo com a Emenda Platt, poderia intervir na ilha para restaurar a ordem, dependendo dos interesses dos Estados Unidos que há muito promoviam investimentos ali. um bilhão de dólares (PIERRE-CHARLES, 1990, p.591, tradução dos autores)

Nesse sentido, torna-se possível afirmar que

Embora os interesses econômicos e a influência política e ideológica da América do Norte não tenham perturbado a gestação do fenômeno nacional, sua intervenção militar na guerra emancipatória cubana conseguiu impor seu selo deformante às instituições republicanas emergentes, o que transformou o país no que os estudiosos cubanos chamavam de “a república frustrada” (PIERRE-CHARLES, 1990, p.588, tradução dos autores)

Como resultado, encontramos formações sociais que foram moldadas pela intervenção estadunidense e profundamente penetradas pelo capital estadunidense, resultando em rasgos particulares que garantiriam a manutenção do imperialismo nessas regiões até o rompimento radical causado pela Revolução Cubana.

2.3 O *Commonwealth* caribenho: neocolonialismo

Assim, adentramos na última parte da nossa exposição onde versaremos sobre a última forma adotada pelo Estado caribenho, a das antigas colônias britânicas que viriam a fazer parte da *Commonwealth* britânica, ou como Pierre-Charles (1990) categoriza, as repúblicas de Westminster. Enquadramos aqui as nações de Barbados, as Bahamas, a Jamaica, Granada, Trinidad e Tobago, entre outras (KNIGHT, 1990).



Seguindo nosso desenho metodológico, faz-se necessário apontar o contexto internacional que serviu de pano de fundo para a emergência desse tipo de Estado particular. Nesse caso, situamos o nosso presente objeto como uma consequência do desdobramento da Revolução Cubana e um presente temor estadunidense de que surjam mais Estados socialistas em suas zonas de influência mais diretas. Dessa forma, podemos enquadrar esses eventos como um desdobramento da doutrina de contenção estadunidense.

Levando nosso olhar para as condições internas das antigas colônias, a literatura selecionada aponta para um crescente descontentamento por parte das burguesias locais com o desenho institucional dessas formações sociais. Contudo, existiam condições atenuantes, tanto materiais, quanto de organização social, que “prejudicavam o crescimento do nacionalismo” (KNIGHT, 1990, p. 276, tradução dos autores).

Ademais, assim como Knight (1990) nos aponta com grande atenção, pelo olhar britânico, o antigo modo extrativista colonial pautado em exploração primária estava se provando demasiadamente custoso para os oficiais britânicos. Nesse sentido, nota-se que o Reino Unido buscou manter o controle das colônias, mas sem precisar lidar com os custos administrativos desse empreendimento.

É esse panorama que oferece a tônica que viria a fundamentar a forma e o conteúdo desses referidos Estados. Diferentemente dos outros processos independentistas aqui citados, a independência das colônias britânicas não surgira de um enfrentamento direto com a metrópole, mas de uma negociação das burguesias locais com a metrópole, resultando em um momento de libertação nacional que emergiu de fatores externos.

Relativo à sua forma e função, encontramos um Estado que assume a forma liberal burguesa por excelência, exibindo uma preocupação com o manutenção de um relativo bem-estar de sua população para a manutenção de sua legitimidade. Contudo, faz-se necessário apontar que o Estado que emergiu dessa saída negociada fora um que estava profundamente inserida em um registro neocolonial, pautado na continuidade da dominação inglesa.

O estado que emergiu da independência negociada, que Trevor Munroe chamou de ‘descolonização constitucional’ era neocolonial em sua expressão mais pura. Sua função interna e internacional, as próprias bases de sua legitimidade foram definidas por sua antiga metrópole. Além disso, os Estados Unidos influenciaram esses novos estados a reduzir ainda mais seu espaço soberano (PIERRE-CHARLES, 1990, p.589, tradução dos autores)



Para compreender a profundidade dos lastros de dominação que se inseriram, voltemos para o momento da independência. Como Pierre-Charles (1990) nos aponta, as elites locais se tornaram aprendizes sobre as questões do Estado da metrópole, importando assim não apenas as visões metropolitanas sobre o Reino Unido, mas também o desenho institucional britânico.

A institucionalização cresce junto com um controle ideológico e político altamente eficaz, que consegue apagar expressões de dissidência através de uma educação condicionada e um sistema rigorosamente legalista de repressão e exclusão. Após a explosão dos anos 1930, o sindicalismo autêntico foi sistematicamente neutralizado e seus principais dirigentes desqualificados e incorporados à ordem. A ponto de, na época da independência, as lideranças trabalhistas mais representativas terem sido fatalmente assimiladas ao projeto metropolitano. Alejandro Bustamante na Jamaica, Grantley Adams e Eric Barrow em Barbados, Forbes Burham na Guiana, Eric Gairy em Granada, são as figuras dessa liderança que, juntamente com os intelectuais Worman Manleyer e Eric Williams de Trinidad, serviram aos propósitos da Coroa. Liderando os novos estados, eles continuaram com a política colonial e contaram com as mesmas elites tecnocráticas e burocráticas, *os civil servants* a serviço de Sua Majestade Britânica (PIERRE-CHARLES, 1990, p.598, tradução dos autores, ênfase no original)

Como estamos nos referindo a uma zona de influência direta dos EUA, faz-se necessário apontar que o registro neocolonial não foi transcrito apenas na relação entre as antigas colônias e o Reino Unido. A penetração do capital estadunidense, assim como descrito na seção anterior, se configura como uma presença profunda e que afetou as bases dessas formações sociais.

Nesse sentido, encontramos Estados que, formalmente, apresentam uma maior preocupação com seus nacionais, mas que faz uso desse aparato institucional para a exclusão sistemática e profunda de qualquer concepção soberana do Estado.

À guisa de conclusão

O presente trabalho buscou apresentar as origens do Estado caribenho sob uma perspectiva histórica crítica. Nesse sentido, nota-se que, apesar de suas distintas formas aparentes, o fenômeno estatal caribenho apresenta rasgos comuns oriundos de um passado colonial compartilhado.

Características como autoritarismo, hipertrofia estatal, caudilhismo e uma estreita ligação entre as instituições estatais e as potências imperialistas (aqui mediadas pelas classes



burguesas locais) configuram-se como traços comuns da forma política do Estado caribenho. Ainda que esses elementos se manifestem de formas distintas nos variados Estados da região, eles encontram-se ainda presentes mesmo quando traçamos um comparativo com Estados que apresentam desenhos institucionais distintos.

Referências

- EVERS, Tilman. **El Estado en la periferia capitalista**. México: Siglo Veintiuno, 1989.
- GRANATO, Leonardo. **O Estado Latino-Americano: teoria e história**. 1. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2021.
- HIXSON, Walter L. **Righteous Empire: A History of American Foreign Policy**. [S. l.]: Routledge, 2015.
- IMMERWAHR, Daniel. **How to Hide an Empire: A History of the Greater United States**. [S. l.]: Farrar, Straus, and Giroux, 2019.
- KNIGHT, Franklin W. **The Caribbean – The Genesis of a Fragmented Nationalism**. New York: Oxford, 1990.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialism: The Highest Stage of Capitalism**. Newtown, Australia: Resistance Books, [1917], 1999.
- MAHAN, Albert T. **The Influence of Sea Power Upon History: 1660-1783**. First ed. [S. l.]: Dover Publications, [1890], 1987.
- O'BRIEN, Thomas F.; JOHNSON, Lyman L. **Making the Americas: The United States and Latin America from the Age of Revolutions to the Era of Globalization**. First. ed. [S. l.]: University of New Mexico Press, 2007.
- OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2019.



PIERRE-CHARLES, Gérard. Conceptos sobre el Estado en las sociedades del Caribe. In: In: GONZÁLEZ CASANOVA, P. (coord.) **El Estado en América Latina: Teoría y Práctica**. México: Universidad de las Naciones Unidas; Siglo Veintiuno, 1990, p. 585-608.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2019.